MAPAS MENTAIS PARA

CARREIRAS POLICIAIS

MAPEAR DIREITO

Autora especialista em mapas mentais **de Direito**

2025
1ª EDIÇÃO

MAIS DE 290
MAPAS MENTAIS
DE DIREITO

Mariana Carvalho

Mapear Direito

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Princípios de Direito Penal

Adequação Social

Quando o comportamento humano, embora tipificado em lei, não afronta o sentimento social de justiça - aceito pela sociedade

Intranscendência da Pena

Nenhuma pena passará da PESSOA do condenado

Legalidade

- Não há crime sem LEI anterior que o defina.
- Não há pena sem prévia cominação LEGAL

Reserva Legal

Somente lei | ORDINÁRIA / COMPLEMENTAR | pode definir crime

✗ Não pode Medida Provisória

Culpabilidade

Individualização da responsabilidade

Lesividade

LESÃO ou PERIGO de lesão ao bem jurídico tutelado

Individualização da Pena

- Punição JUSTA e PROPORCIONAL à infração e às circunstâncias individuais do infrator
- Pena INDIVIDUALIZADA nos planos: | LEGISLATIVO / ADMINISTRATIVO / JUDICIÁRIO

Intervenção Mínima

- A previsão de sanções penais deve ser EXCEPCIONAL
- ULTIMA RATIO
- Criminalização de condutas apenas quando for MEIO NECESSÁRIO para proteger o bem jurídico

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

Não aplicável

- Crimes contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — Súmula 599 - STJ
- VIOLÊNCIA DOMÉSTICA e familiar contra a mulher
- Crime de MOEDA FALSA
- CONTRABANDO

Excepcional aplicação (STJ): Importação de PEQUENA quantidade de MEDICAMENTO para USO PRÓPRIO

Ofensa INCAPAZ de atingir de forma relevante o bem jurídico protegido

- Crime de BAGATELA
- Exclui a TIPICIDADE MATERIAL

REQUISITOS (STF)

- (M) ÍNIMA OFENSIVIDADE
- (A) USÊNCIA DE PERICULOSIDADE
- (R) EDUZIDA REPROVABILIDADE
- (I) NEXPRESSIVIDADE DA LESÃO

(STF) E (STJ)

Aplica-se ao DESCAMINHO desde que o valor seja de ATÉ 20 MIL reais

Súmula 711 - STF

Lei penal MAIS GRAVE aplica-se ao crime CONTINUADO ou PERMANENTE

Se a sua vigência é ANTERIOR a cessação da continuidade ou da permanência

Aplica-se a lei penal vigente ao tempo da realização da infração

REGRA

Princípio da IRRETROATIVIDADE

A lei penal NÃO RETROAGE salvo para BENEFICIAR o réu

Teoria da ATIVIDADE

EXCEÇÃO

EXTRA-ATIVIDADE da lei para BENEFICIAR o réu

- ULTRA-ATIVIDADE – Lei aplicada após sua revogação ou cessação de efeitos
- RETROATIVIDADE – Lei aplicada a fatos praticados antes de sua vigência

Lei EXCEPCIONAL e TEMPORÁRIA

Aplica-se a fato praticado durante sua vigência:

- ainda que cessadas as circunstâncias
- ainda que decorrido o período de duração

CP - ART. 3º

Pena cumprida no estrangeiro:

ATENUA a pena imposta no Brasil, pelo mesmo crime quando DIVERSAS; ou nela é COMPUTADA, quando IDÊNTICAS

(C)OMPUTA se (I)DÊNTICAS
Se (D)IVERSAS, (A)TENUA

ART. 8º

CP-ART. 5º

REGRA
TERRITORIALIDADE

Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido no território nacional

Obs.: aeronave pública brasileira a serviço do governo – território brasileiro por extensão

EXCEÇÃO
INTRATERRITORIALIDADE

Aplicação da lei estrangeira a fato praticado em território brasileiro

EXCEÇÃO
EXTRATERRITORIALIDADE

Aplicação da lei brasileira a fato criminoso ocorrido fora de seu território

* Pode ser < CONDICIONADA ou INCONDICIONADA